



ELEITORAS E CANDIDATAS: PARTICIPAÇÕES FEMININAS NAS ELEIÇÕES PARAENSES NOS ANOS 1930

Bárbara Leal Rodrigues

Universidade Federal do Pará – UFPA

barbara99leal@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa visa analisar as diferentes formas protagonizadas pelas mulheres paraenses nos períodos eleitorais dos anos 1930, como eleitoras, candidatas, atuantes em campanhas e comícios. Nesse período, após a promulgação do voto feminino a partir do Código Eleitoral de 1932, houve quatro períodos eleitorais, mas apenas três eleições: de 1933, para deputados na Assembleia Nacional Constituinte; de 1934, para deputados das Assembleias Estaduais Constituintes e deputados federais; e de 1935, com eleições municipais. O quarto e último, de 1937/38 para presidente, não chegou até o dia da votação, devido à implementação do Estado Novo por Getúlio Vargas, todavia, o período eleitoral tinha sido iniciado, com intensas campanhas e propagandas a favor de seus respectivos candidatos, com a presença marcante das mulheres. No Pará, as movimentações femininas apresentaram-se de forma crescente nas atuações e incentivos ao alistamento nos períodos eleitorais. Nesse meio tempo, destaca-se a atuação política de três mulheres: Maria Antonieta Serra, Rose Blanche Corrêa e Egydia Rodrigues da Cunha. A primeira foi a única candidata nas eleições de 1934, para deputada na Assembleia Estadual, mas não conseguiu eleger-se, todavia, destaca-se sua nomeação para ser Diretora de Educação e Ensino Público, em dezembro de 1934, sendo a primeira mulher a ocupar um dos principais cargos administrativos do estado. Além disso, era associada do único grupo feminista de Belém, o Departamento Paraense pelo Progresso Feminino. A segunda foi candidata e eleita à prefeitura de Vigia, tornando-se a primeira prefeita paraense, por vias eleitorais; enquanto a terceira eleita como vereadora do município de Caetano de Odivelas. Nessa conjuntura, ressaltam-se as participações de diferentes grupos femininos na política paraense, como as feministas e as associações femininas dos partidos políticos. Em outras palavras, nos períodos eleitorais destacam-se as atuações individuais e coletivas; além das repercussões em torno. Dessa forma, o protagonismo das mulheres nesses tempos de políticas foram marcados pela diversidade de atuações e trajetórias, mas não deixaram de enfrentar dificuldades e silenciamentos, como eleitoras e candidatas.

Introdução

As participações políticas femininas paraenses podem ser rastreadas muito antes da elegibilidade eleitoral, em atuações individuais e coletivas, movimentaram-se em períodos de conflitos políticos e de eleições, a favor de determinada causa ou candidato.



Essa trajetória apresentou como marco inicial as Ligas Femininas de 1912, quando na disputa política entre os candidatos a governador, Antônio Lemos e Lauro Sodré, a sociedade paraense encontrou-se polarizada e grupos de mulheres organizaram para formar instituições benéficas à cada candidato, a Liga Feminina Antônio Lemos e a Liga Feminina Lauro Sodré. As expressões dessas instituições expandiram-se em vários bairros da capital paraense e, posteriormente, em seções interioranas, responsáveis por receber e organizar homenagens aos patronos quando chegavam em seus municípios.

Com esse histórico, não surpreende a diversidade de práticas femininas nos períodos eleitorais da década de 1930, quando puderam votar a partir de 1932, em virtude da institucionalização do sufrágio feminino no Código Eleitoral e sua reafirmação na Constituição de 1934. Assim, integraram-se às eleições como eleitoras, candidatas, partidárias, participantes de comícios e de grupos políticos.

Cabe destacar, essa diversidade de ações puderam ser empregadas nos quatro períodos eleitorais dos anos 1930: em 1933, para Deputados da Assembleia Nacional Constituinte; em 1934, para Deputados da Assembleia Estadual Constituinte e Deputados Federais; em 1935, para Prefeitura, Vereador e para Governador (apesar da votação indireta, realizaram campanhas aos candidatos); e em 1937, para Presidente da República, com eleições programadas para ocorrerem em 3 de janeiro de 1938, impedidas pela instauração do Estado Novo, mas cujo período de campanhas eleitorais havia iniciado. Assim sendo, embora a ausência de candidatas nas eleições de 1933 e 1937, houve a atuação feminina em outras formas do fazer político.

Nessa perspectiva, ressalta-se o conceito de “tempo de política”, definido por Moarcir Palmeira e Beatriz Heredia (1995) sobre as eleições, quando nesses momentos a política “invade as atividades cotidianas” e reorganiza a geografia social e as fronteiras dos grupos, onde os comícios sinalizam o início desses tempos, marcado pela presença de autoridades e artistas, cujo prestígio e presença converte-se a favor de determinado partido/candidato. Dessa forma, destaca-se essa “invasão” da política no cotidiano das mulheres e vice-versa, com amplas atuações pouco publicizadas fora das eleições. Intrinsecamente, elas estavam apropriando-se de um espaço masculinizado: a política. Relacionado aos estudos de Carole Pateman (2020) sobre os contratualistas, refere-se a dicotomia privado/público como expressões das divisões natural/civil e



mulheres/homens, onde a esfera pública era masculina (civil) e as mulheres (natural), por não serem consideradas “indivíduos” e, por conseguinte, passíveis de cidadania, estavam alijadas desses espaços e sujeitas a esfera privada. Assim, embora houvesse a preservação dessas normativas como características dos papéis sociais masculinos e femininos, sobressaem as fissuras e a maleabilidade das fronteiras simbólicas praticadas por essas mulheres.

Dessa forma, essa pesquisa visa analisar as diversas formas de participações políticas femininas durante as eleições, com destaque para as candidatas e as eleitas paraenses na década de 1930. Para isso, as fontes analisadas concentram-se, principalmente, nas hemerográficas, presentes em microfilme na Biblioteca Pública Arthur Vianna, como a *Folha do Norte* e *O Estado do Pará*. Complementa-se com os diários de outras regiões, na tentativa de rastrear essas mulheres, disponíveis em formato digitalizado na Hemeroteca Digital Brasileira. Em acréscimo, analisou-se a documentação do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), referente às práticas políticas feministas.

Insubmissas – politiquice feminina paraense

Em 16 de fevereiro de 1933, pouco menos de três meses para as eleições, a *Folha do Norte* informou sobre os primeiros dados parciais do alistamento eleitoral. No município de Belém, até a data anterior, tinham-se 2.989 inscrições eleitorais na capital paraense, sendo dessas 416 de mulheres (Folha do Norte, 16/02/1933, p. 5). Elas configurariam aproximadamente 14% do eleitorado, considerando como um dado parcial e a primeira vez delas como eleitoras, torna-se expressiva e eleva-se a importância dessa porcentagem.

Paralelamente, tinham-se as primeiras propagandas e incentivos direcionados ao público feminino. Em consonância aos estudos de René Rémond (2003), sob a perspectiva da Nova História Política, as eleições são percebidas como momentos reveladores da opinião pública e de seu movimentos, ou seja, suas correntes, tendências e resultados; onde se encontram as mobilizações políticas femininas e as concepções em torno dessas primeiras participações elegíveis. Além disso, o autor agrega relevância às



campanhas eleitorais, tanto como “manifestação das preocupações dos eleitores” e da “explicação do programa dos candidatos”, quanto espaço de operações estratégicas, na interação entre “os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”. Assim sendo, justifica-se a análise de 1937, embora não tenha ocorrido a consolidação das eleições, previstas para o início de 1938.

Em Belém, se compararmos os quatro períodos eleitorais, o ano de 1933 apresentou a menor quantidade de campanhas às eleitoras e a ausência completa de incentivos por parte dos partidos políticos, assim, coube inteiramente à Liga Eleitoral Católica estimular o alistamento feminino. Por exemplo, na instalação da junta local do Pinheiro, palestrou o dr. Aldebaro Klautau, representante da junta estadual, com um dos temas abordados sobre a “participação da mulher nas próximas eleições” (Folha do Norte, 21/02/1933, p. 2). Na transcrição da palestra, o orador apresentou abordagens diferentes, seja valorizando a figura feminina, “repositório sagrado das tradições da nossa terra”, seja desvalorizando as opiniões antissufragistas, “não ouve o que por aí espalham os interesseiros, inimigos da Igreja, de que a mulher nada tem com a política e por consequência não deve votar” (Folha do Norte, 21/02/1933, p. 5).

No momento em que a Igreja interessa-se nas eleições e na elegibilidade das mulheres, ser contrário ao voto feminino passa a ser também contrário à instituição católica. Todavia, o autor deixou evidente uma restrição na participação política feminina, onde ingressando nas fileiras da Liga Eleitoral Católica é que poderiam dedicar-se plenamente ao bem da Pátria. Essa prática era empregada em outros estados brasileiros com a presença da Liga, cuja pesquisa de Rita de Araújo (2003) sobre a atuação do grupo em Recife, ressalta as possibilidades encontradas pela Igreja Católica em retomar os espaços de poder e de influência política, perdidos com a instauração da República, sendo o voto feminino uma das formas de reaver esse espaço. Assim, ao angariar as mulheres elegíveis às suas fileiras para votarem no candidato escolhido, teriam um significativo contingente eleitoral, ou seja, nota-se a importância das eleitoras à Liga Católica e as oportunidades no campo político.

Entre outras alegações, o articulista Jacob Netto ressaltou as benesses do voto feminino, quando teria estabelecido entre homens e mulheres a aproximação política e a igualdade nos deveres públicos (O Estado do Pará, 24/04/1933, p. 1). Sem o caráter



religioso, prevalece a perspectiva de cidadania e as vantagens que a participação feminina traria. Embora fosse favorável, conservou e ressaltou as características naturalizadas dos papéis sociais: “A mulher brasileira é o paradigma da ternura e da fidelidade. [...] ela aparece sempre disposta ao sacrifício por amor [...]”. Nessa perspectiva, o autor não acreditava na incompatibilidade entre as funções domésticas e as atividades políticas, pelo contrário, os atributos de abnegação e cuidado contribuíram para o melhor direcionamento do país. Tal texto também configura como campanha de incentivo ao alistamento eleitoral, por assegurar os benefícios e o preparo feminino à política brasileira.

Apesar da pouca publicização em 1933, *O Estado do Pará* pontuou a participação feminina no dia 3 de maio: “A mulher paraense, em todas as secções se fez representar, contribuindo com o seu voto para elevar os seus candidatos à investidura constitucional”. Diferente de outros estados, cuja primeira eleição feminina foi alvo de matérias, reportagem e cobertura nas seções eleitorais, exemplo do Rio Grande do Sul, onde a pesquisadora Mônica Karawejczyk (2010) constatou a influência da presença feminina no comportamento das seções, atrelado com os fotojornalismos das eleitoras; nos dois principais diários belenenses bastou uma pequena nota. Apesar do cenário midiático, constata-se a participação das paraenses nas eleições somente como eleitoras, sem indícios de candidaturas.

Esse panorama reverteu-se em 1934, a mudança abrupta, devido às maiores publicações na imprensa, sugere ter sido como consequência do ano anterior e um possível número elevado de eleitoras, o suficiente para não serem descartadas como votos válidos aos partidos ou como participantes relevantes da política. Dessa forma, desde julho de 1934 tornou-se possível rastrear a multiplicidade de atuações femininas na política, onde apesar de não poderem votar para governador, mobilizaram-se em prol do seu candidato. A comissão feminina distrital da rodovia Belém-Pinheiro e Telegrapho Sem Fios, do Partido Social Trabalhista, anunciava um convite na imprensa para participarem do comício em prol da candidatura de Magalhães Barata (*O Estado do Pará*, 21/07/1934, p. 2). Essas professoras compunham a Diretoria da Comissão: Dolores Nunes, presidente; Dinorah Santos Ramos, vice-presidente; Firnia Correa, 1ª secretária; e Agostinha Neves Campos, 2ª secretária.



A nota publicada evidencia um protagonismo político, com mais ações públicas, elas atuavam como filiadas de partidos, integrantes e organizadoras de comícios, além de comporem os próprios grupos formados apenas por mulheres. Embora careça de outras informações sobre essa Comissão, destaca-se a presença de Dolores Nunes, onde em 1931 integrou-se ao Departamento Paraense pelo Progresso Feminino (DPPF), primeiro grupo autointitulado feminista de Belém, além de publicar artigos a favor da emancipação e do voto feminino (Critica, 16/02/1932). Provavelmente, não continuou no Departamento Paraense por muito tempo, devido à ausência de indícios, mas eleva-se a indissociabilidade entre feminismo e política.

Meses depois, outro comício em homenagem a Magalhães Barata realizou-se no Theatro da Paz. Organizado pelos funcionários públicos, destaca-se o discurso de Arthnisa Gomes:

Também, a nós, mulheres, está reservada uma parcela de responsabilidade na política nacional porque a Revolução Brasileira, com a extraordinária conquista da reforma eleitoral, deu-nos o direito de opinião nos destinos da Pátria. Não é, portanto, de causar surpresa a nossa presença neste comício que a razão impunha e a verdade sustenta [...]. (Diário Oficial, 8/09/1934, p. 4)

As palavras de Arthnisa voltam-se majoritariamente a ressaltar a figura de Magalhães Barata, seus feitos durante o Movimento de 1930 e como Interventor do Pará. Sendo esse o objetivo, de promover a imagem do político, torna-se interessante a pontuação sobre a participação feminina no comício. Na perspectiva da oradora, ao tornarem-se elegíveis passaram a ter aval para integrarem-se nas frentes políticas. O fato de interromper seu discurso de apoio para ressaltar as novas configurações políticas institucionalizadas, infere uma possível oposição à atuação feminina na campanha ou que tivesse espaço para discursar ao lado de figuras públicas reconhecidas. Em paralelo, outro ponto sugere o seu afastamento das movimentações feministas, por agregar somente aos “revolucionários” a implementação do voto feminino; quando no mesmo cenário, as feministas consideram ambos (o novo governo e a mobilização das mulheres) responsáveis pela ampliação do sufrágio.

Referente às eleições para deputados na Assembleia Estadual Constituinte e Deputados Federais, durante o processo de composição das chapas ressaltam-se os nomes



de Maria Antonieta Serra Freire Pontes, Feliz Benoliel Cavaco e Hilda Vieira. Os anúncios e especulações das candidaturas estavam sendo publicados no mês de agosto, onde Maria Antonieta foi a primeira a ser noticiada, pelo Partido Liberal (PL) para Deputada Constituinte, como a única mulher (Folha do Norte, 15/08/1934, p. 1). No dia seguinte, anunciaram os candidatos de oposição ao partido governista, compondo a chapa para deputados federais, Hilda Vieira (Folha do Norte, 16/08/1934, p. 1). Em poucos dias, a composição do Partido Liberal teria mudado, com a substituição de Maria Antonieta por Feliz Benoliel, devido à indisponibilidade da primeira (Folha do Norte, 19/08/1934, p. 1). No fim, apenas a candidatura de Maria Antonieta confirmou-se e concorreu ao cargo, mas não se elegeu.

O interessante dessas três possíveis candidaturas é a relação com o movimento feminista belenense, em específico ao Departamento Paraense. O tipo de vínculo e as relações foram diferentes: Maria Antonieta só foi identificada como associada em 1934, após a eleição e com a sua nomeação para o cargo de Diretora de Instrução e Ensino Público do Pará, configurando-se como a primeira mulher paraense em um alto cargo político. Enquanto Feliz Benoliel esteve imersa nos esforços para a instalação do Departamento, quando ainda eram uma Comissão Paraense com o intuito de participarem do II Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro em finais de junho de 1931; assim, presente durante todo o primeiro ano de funcionamento. Por último, embora não haja indícios de sua filiação, Hilda Vieira era mencionada nas cartas das integrantes do DPPF desde o início, comentada por seu apoio dado ao grupo e interesse no feminismo.

Mais uma vez, reforça-se a relação das feministas com a política paraense. Todavia, cabe mencionar que o Departamento Paraense, enquanto instituição, não se manifestou durante as eleições, nem em apoio à candidatura da companheira. Tal atitude provavelmente foi uma escolha deliberada em grupo, devido às divergências político-partidárias das integrantes da Diretoria, relatado por Antonina Prado, presidente do DPPF (PRADO, 1935). Assim, conjectura-se que a partir da diferença partidária, em um momento de polarização da política paraense, entre governistas e oposição, com o intuito de não prejudicar o funcionamento da instituição, optaram por ausentar-se de



movilizações eleitorais. Por conseguinte, a decisão enquanto grupo não interferiu nas movimentações individuais, com as feministas atuando ativamente nas eleições.

Sobre as possíveis candidaturas femininas publicada nos jornais, embora sem efetivação, a pesquisa de Maria Luzia Álvares (2020) destacou outras nomeações, como de Naíde Vasconcelos e Anunciada Chaves, ao receberem convites de Magalhães Barata, líder do Partido Liberal, para concorrerem nas eleições de 1934, mas ambas negaram. Meses depois, a consequência de negar um pedido do interventor transparece nos relatos publicizados de Naíde Vasconcelos ao ser exonerada de suas funções públicas como professora, em novembro de 1934. Conforme a pesquisadora, os atos de transferências e exonerações dos funcionários realizados por Magalhães Barata eram utilizados como métodos coercitivos, contra as insurgências e oposições das magistradas. Assim, tanto sob a suspeita de Naíde ter votado em candidatos de oposição, da Frente Única Paraense (FUP), quanto o declínio do convite à candidatura, teriam sido motivos suficientes para a exoneração.

Dessa forma, a política apresentou-se como um campo minado às mulheres. Se fossem apoiadoras do Partido Liberal, encontravam-se nas benesses da interventoria, mas tornavam-se alvos de ridicularização da imprensa oposicionista. Em exemplo, a *Folha do Norte*, como jornal de oposição e veículo representante da Frente Única, publicava constantemente matérias degradantes sobre as “baratistas”, como eram denominadas as apoiadoras do interventor; elas eram retratadas como violentas, escandalosas, feias e velhas, onde nem as professoras, símbolo da profissão feminina, escapavam (*Folha do Norte*, 14/09/1934, p. 1). Em contrapartida, se fossem partidárias da FUP, eram glorificadas na imprensa como signos de sabedoria e representantes do zelo à Pátria, combativas dos males ao meio sócio-político (*Folha do Norte*, 12/10/1934, p. 4), contudo, arriscavam serem transferidas para as regiões interioranas ou exoneradas sem justa causa.

Nesse cenário, destaca-se o protagonismo de Maria Antonieta, ao aceitar o convite de Magalhães Barata e tornar-se candidata. No mesmo período, também discursava nos comícios baratistas, enquanto diretora do Grupo Escolar José Veríssimo e representante do professorado paraense em apoio ao interventor (*Diário Oficial*, 6/09/1934, p. 1). Além disso, integrava a Sociedade Paraense de Educação, cuja instituição prestou homenagem a Magalhães, com a inauguração de um retrato na galeria de honra da agremiação, embora



pontuassem a ausência de caráter “político ou partidário” (Diário Oficial, 7/09/1934, p. 6), o momento não poderia ser mais oportuno, num período de sucessivos comícios. Sobre a candidatura da feminista, não se localizou nenhuma campanha ou propaganda favorável a ela, seja pelo partido ou pelas instituições pertencentes. Assim, infere-se que a falta de apoio e investimento partidário contribuiu para a sua não-eleição, embora durante as apurações divulgadas esteve ausente entre os menos votados.

Por último, referente ao ano de 1934, destacam-se as expedições de títulos eleitorais divulgados no *Diário Oficial*, com os registros completos dos eleitores: nome, filiação, idade, nascimento, naturalidade, estado civil, profissão, endereço e domicílio eleitoral. A riqueza dos dados permitiria perfilar esses sujeitos e ampliar as perspectivas sobre o eleitorado e a política paraense. Infelizmente, a enorme quantidade de informações não possibilitou a composição prévia de uma base de dados a ser analisada nesta pesquisa. Porém, notam-se mulheres jovens (Anna Pinho da Ponte e Sousa, 21 anos, casada, funcionária pública) e mulheres mais velhas (Izabel Carolina de Araújo Rodrigues, 42 anos, casada, doméstica), com diversas profissões, desde pintoras (Iracema Caminha Chaves, 24 anos, solteira) até operárias (Raymunda Santos, 23 anos, solteira). Tais dados prevalecem no mês de setembro, somados com as listas nominais por zonas eleitorais (Diário Oficial, 08/09/1934, p. 13; 10/09/1934, p. 13; 18/09/1934, p. 11).

Sobre as eleições de 1935, as análises da atuação feminina foram prejudicadas devido à ausência de diários paraenses disponíveis na Biblioteca Pública Arthur Vianna, há apenas a *Folha do Norte*, nos meses de outubro a dezembro. Apesar das eleições terem acontecido em novembro, a limitação prejudicou o rastreio das movimentações, quando a *Folha* não divulgou nenhuma propaganda direcionada às mulheres a favor de seus candidatos, mas concentrou-se em difamar as partidárias da oposição. Com o título “Consequências da politiquice feminina em Breves”, apresentam em uma pequena nota o caso da baratista Bertulina Pereira, no município do interior paraense:

A população desta cidade assistiu hoje, contristada, a uma vergonhosa cena de pugilato entre a meretriz Bertulina Pereira, baratista vermelha e Domingos Europa dos Santos, membro do Partido Progressista Brevense [...], por motivo de propaganda de candidatos às próximas eleições municipais. Bertulina, usando dum palavreado cabeludo, investiu furiosamente contra Domingos Europa, ferindo-lhe a cabeça com o tamanco e o nariz com alentada dentada. O final da cena apesar



do escândalo provocado, causou hilaridade pelo motivo de Domingos Europa fugir em desabalada carreira à sanha de sua agressora. (Folha do Norte, 10/11/1935, p. 11)

A retratação da baratista configurou todas as características adversas ao esperado do comportamento feminino normativo: em primeiro, pontua-se o fato de ser meretriz, quase como justificativa de suas ações consequentes, visto que em nenhum momento foi ressaltado sua feminilidade; além disso, devido às perspectivas de moral questionável em torno das meretrizes, invalidou seu posicionamento político. Em outras palavras, o articulista estaria caracterizando o tipo de eleitorado favorável a Magalhães Barata e quais os comportamentos adotavam a favor de seu candidato. Por conseguinte, insere-se os outros aspectos: violenta, desbocada e alvo de risadas. Na contrapartida, se analisarmos sob a perspectiva de Bertulina, nota-se uma mulher atuante na política, no qual sua ocupação não era impeditivo de atuar e posicionar nos períodos eleitorais, onde defendia ferozmente seu candidato, utilizando-se de todos os artifícios e, se considerar a fuga de Domingos, vencia os seus embates, apesar dos pesares.

Diferente dos outros anos, 1935 destaca-se pela vitória de duas mulheres nas eleições: Egydia Rodrigues da Cunha, vereadora, e Rose Blanche Correa, prefeita. Em relação à primeira, as investigações em torno dela são recentes, ao identificar as notícias sobre ter sido eleita no município de São Caetano de Odivelas, com o maior número de eleitores da cidade (Folha do Norte, 10/01/1936, p. 2), transformando-se na primeira vereadora paraense. Isso não significa a ausência de outras mulheres concorrendo no Pará, exemplo de Thereza Leocarpio Soares, no município de Bragança, apesar de não ter sido eleita como vereadora, ocupou a posição de primeira suplente, pela legenda União Popular do Pará (Folha do Norte, 11/12/1935, p. 1).

Sobre a segunda, Rose Blanche Correa, a mais conhecida entre as mulheres candidatas, devido aos estudos de Maria Luzia Álvares. Dessa forma, em breve trajetória política da prefeita do município de Vigia, sua motivação para eleger-se esteve relacionada aos conflitos políticos paraenses. Devido ao marido, João Jorge Corrêa, liderança do Partido Liberal Vigieense, ter sido indiciado no processo de apuração das mortes de 1935. As tensões ocorreram a partir da recusa de um grupo de deputados em indicar novamente Magalhães Barata para o cargo de interventor, gerando confusões, troca de tiros e mortes. Assim, Rose Blanche substituiu o marido na candidatura e



conseguiu eleger-se, permanecendo no cargo por dois anos, até a implementação do Estado Novo (SCHUMACHER, BRAZIL, 2000, p. 489). Tornou-se a primeira prefeita eleita no Estado do Pará.

Ambas foram noticiadas em veículos de outros Estados, com destaque ao Rio de Janeiro, cuja matéria as ressaltou como exemplos de mulheres na política, atuando nas Assembleias Legislativas ou nas Câmaras Municipais. Com o título “Eva na política”, o *Diário de Notícias* informava: “A última nomeada foi a prefeita do município de Vigia no Pará, e agora – diz um telegrama – venceu nas urnas a primeira vereadora paraense eleita para a Câmara Municipal de São Caetano” (14/01/1936, p. 4). Dessa forma, notam-se as vitórias consagradas pelas mulheres na política, principalmente nas cidades interioranas, distinguindo-se da capital, marcada pela carência e falta de incentivo nas candidaturas femininas.

Em complemento, apesar de não ter sido empossada por vias eleitorais, vale mencionar uma pequena nota anunciando a nomeação de Violeta Moreira Sirotheau para o cargo de prefeita de Santarém, em vista do falecimento do prefeito, João Nogueira da Silva (Folha do Norte, 6/12/1935, p. 1). A nomeada era secretária e a indicação partiu do interventor paraense, José Gama Malcher, em telegrama expedido pelo Secretário Geral do Estado ao Juiz de Direito da Comarca.

Por último, o período eleitoral de 1937 destaca-se pela mobilização nacional partidária, na preferência para presidência, a disputa encontrava-se entre José Américo, candidato governista, Armando Salles, pela oposição (indicado por São Paulo) e Plínio Salgado, pelos integralistas. Em Belém, nota-se a participação feminina em campanhas apenas para os dois primeiros, como reflexo da polarização na política paraense: Magalhães Barata e o Partido Liberal apoiavam José Américo, enquanto a Frente Única Paraense estava ao lado de Armando Salles. Nesse cenário, a dicotomia das eleições anteriores persistiram.

Em exemplo, a *Folha do Norte* fez questão de noticiar e cobrir o caso do rompimento da presidente da Legião Feminina Magalhães Barata (LGMB) com o Partido Liberal. No primeiro momento, afirmaram estar autorizados por Isolina Nepomuceno da Rocha a publicar os acontecimentos. A pequena nota inicial relatava o desligamento da baratista com o PL e o redirecionamento dos seus esforços à oposição, na abertura de um



posto de alistamento eleitoral favorável à candidatura de Armando Salles (Folha do Norte, 15/08/1937, p. 7). No dia seguinte, publicaram uma entrevista feita com Isolina, descrevendo-a como “senhora, cujo prestígio nos círculos eleitorais femininos é inegável e sobejamente conhecido” (Folha do Norte, 16/08/1937, p. 1). A diferença de tratamento à baratista reflete no posicionamento político do periódico, quando tais mulheres só não eram alvos de caracterizações negativas se estivessem opostas ao ex-interventor, sendo assim, passíveis de elogios e reconhecimento político.

Na entrevista, Isolina confirmou o rompimento das relações, porém negou a informação de atuar em prol da candidatura de Armando Salles, dizendo ainda não ter se decidido sobre as próximas eleições. Os motivos descritos referem-se às atitudes de Anníbal Duarte, cunhado de Magalhães Barata, que queria dar ordens às legionárias; na impossibilidade de tal ato e, segundo Isolina, para contrariá-la e hostilizá-la, teria criado o Departamento Feminino do Partido Liberal, com a intenção de integrar as associadas da Legião. Nas palavras da presidente:

[...] Antigamente quando estávamos em oposição ao governo do Estado, o Partido sempre procurava-me ouvir. Nunca tive de receber ordens de quem quer que fosse. O próprio tenente-coronel Barata nunca me deu ordens. Quando havia qualquer assunto importante a resolver, eu era ouvida como amiga. De repente, [...] o sr. Annibal entendeu, que por ser cunhado do tenente-coronel Barata havia de me dar ordens. Não me submeti a isso. (Folha do Norte, 16/08/1937, p. 1)

Apesar de carregar o nome do patrono em sua organização, o grupo caracterizava-se por ser independente do Partido Liberal, mesmo tendo entre suas associadas filiadas partidárias, como a própria Isolina, e autonomia administrativa. Além disso, agregou uma posição política privilegiada e protagonismo nesse meio, onde os líderes do PL buscavam e ouviam suas opiniões em momentos críticos; como também inferiu uma amizade com o ex-interventor. Assim, na posição alcançada politicamente, não aceitaria uma diminuição do seu status, submetendo-se às ordens de Anníbal. Na continuidade da entrevista, os dados sobre a quantidade de legionárias surpreende, ao afirmar ter 3.485 associadas e considerar um número pequeno, como também dizer que todas as integrantes eram fiéis a ela, e nem pensariam em associar-se ao Departamento Feminino. Assim, na expressividade da quantidade de legionárias, o jornalista Adolpho de Barros questionou:



“Como poderá madame com um tão grande número de eleitoras ficar alheia ao pleito de 3 de janeiro?”. Em resposta, segue-se:

Não estou dizendo que ficarei alheia. O que estou afirmando é que neste momento não tenho ligação política com nenhum dos partidos existentes no Estado. O meu posto de alistamento eleitoral ia ser inaugurado amanhã, porém, como não me submeti à imposição de pedir licença ao sr. Anníbal Duarte para inaugurá-lo, talvez seja aberto logo mais e entregue a uma das do Departamento... (Folha do Norte, 16/08/1937, p. 1)

Nesse período, a pesquisa de Maria Luiza Álvares (2020, p. 509) é notória ao caracterizar as atividades desempenhadas pela Legião Feminina, como a arregimentação de novas agremiadas, a partir da abertura de sucursais em bairros da capital e cidades interioranas, o que justificaria o elevado número, além das articulações políticas em campanhas com o PL. Assim, realizavam alistamentos eleitorais, com inúmeras práticas para aumentar o eleitorado favorável aos candidatos do Partido, como a criação de postos e “bater de porta em porta”. Por conseguinte, em uma atividade política protagonizada pelas Legionárias, Isolina viu-se na condição de precisar reportar-se, mesmo com tudo organizado para a inauguração; além disso, embora estivesse desligada de fins partidários, compreendia a importância do período eleitoral e no contingente de sua agremiação.

Outras intenções podem-se inferir quanto à cobertura do caso pela *Folha do Norte*, ao querer transparecer a instabilidade da base política feminina paraense de José Américo, quando no mesmo período publicava sobre as participações das mulheres na candidatura de Armando Salles. Refere-se ao Departamento Feminino da União Democrática Brasileira, do Rio de Janeiro, e suas comunicações com a Frente Única Paraense. As correspondências publicadas eram escritas por Carlota Pereira Queiroz, primeira deputada federal, com o objetivo de firmarem uma filial, pedindo para indicarem “os nomes de algumas correligionárias, a fim de comporem o núcleo paraense do Departamento Feminino” (Folha do Norte, 1/09/1937, p. 1).

Apesar da ausência de detalhes sobre essa tentativa, a Frente Única empreendeu fortes campanhas direcionadas ao eleitorado feminino. Por exemplo, mostram-se disponíveis em esclarecer dúvidas sobre o alistamento eleitoral das funcionárias públicas, uma vez que eram obrigadas a votar sob a pena de multas (Folha do Norte, 2/09/1937, p.



2). Enquanto a *Folha do Norte* fomentava as publicações de campanha: com a publicação da transcrição de um longo discurso proferido na Rádio Clube do Pará, pelo deputado Aldebaro Klautau, apelando às mulheres alistarem e votarem em Armando Salles (*Folha do Norte*, 19/09/1937, p. 6). Ou passando a divulgar as atividades do Partido Social Democrata, como a convocação final para complementar o processo de alistamento de homens e mulheres (*Folha do Norte*, 23/10/1937, p. 4).

Todavia, em poucas semanas, os esforços eleitorais mostraram-se em vão, uma vez instaurado o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Considerações Finais

As primeiras participações eleitorais femininas foram multifacetadas. Apesar das restrições previstas pelo Código Eleitoral, onde os analfabetos eram inelegíveis e, por conseguinte, excluía uma alta parcela populacional das camadas populares, carentes do acesso público educacional; as mulheres se alistaram, votaram e participaram das campanhas políticas.

Nas dificuldades de análise documental e mapeamento de suas atividades em determinados anos, principalmente em 1933 e 1937, os períodos eleitorais oportunizaram diferentes formas do fazer político. Aliadas a diferentes partidos, grupos e opiniões, as paraenses foram protagonistas desses tempos de política, atrelando o seu cotidiano de professoras e de religiosas com as campanhas. Todavia, utilizar-se dos palcos públicos era transformar-se em alvo dos opositores, cujas estratégias linguísticas mostraram-se variadas ao menosprezar a participação feminina e difamar suas imagens.

Ultrapassando esses desafios, destacou-se a pluralidade de mulheres presentes nesses espaços e a diversidade de estratégias empregadas a favor dos seus posicionamentos. Assim, na tentativa de resgatar essas personagens na História da Política do Pará, ressalta-se as candidatas que não conseguiram se eleger e as que se tornaram as primeiras prefeitas e vereadoras paraenses: Maria Antonieta, Thereza Soares, Rose Blanche, Violeta Moreira e Egydia Cunha. Apenas algumas de uma quantidade surpreendente a serem analisadas e retiradas do apagamento histórico.



Referências

ÁLVARES, Maria Luzia. **Saias, laços e ligas**: construindo imagens e lutas (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses – 1910/1937). 1ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2020.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 133–150, 2003.

KARAWEJCZYK, Mônica. Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal Correio do Povo. **Topoi**, v. 11, n. 21, p. 204–221, 2010.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico**, v. 94 n. 1, p. 31-94, 1995.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PRADO, Antonina. [**Correspondência**]. Destinatário: Bertha Lutz. Belém, 2 de maio de 1935. 1 carta. SIAN. Código: br_rjanqio_q0_adm_cor_a935_25.

RÉMOND, René. As eleições. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 37–56.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.